

**CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

**RESOLUÇÃO Nº 03 , DE 02 DE SETEMBRO 1994.**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH), no uso de suas atribuições legais e ad referendum do Colegiado,

CONSIDERANDO notícias veiculadas em órgãos da imprensa, bem como requerimento do Senhor Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente do Conselho de Polícia Criminal e Penitenciária do Estado de São Paulo, relatando denúncias de seqüestro de crianças, tráfico de órgãos e adoções internacionais irregulares;

CONSIDERANDO, ademais, as informações que instruem o Processo nº 08000.008706/94-30 - CDDPH/MJ, que se originou das declarações do ex-parlamentar francês no Parlamento Europeu Leon Schwarzenberg;

CONSIDERANDO, ainda, que incumbe ao CDDPH receber representações que contenham denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e adotar medidas capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades responsáveis;

CONSIDERANDO, por último, deliberação unânime do Colegiado, adotada na 93ª Reunião, ocorrida em 03/08/94, **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar inquérito, nos termos da alínea "a" do inciso III e inciso XIII do artigo 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, destinado a apurar violações de direitos humanos, consubstanciadas em denúncias de seqüestro de crianças, tráfico de órgãos e adoções internacionais irregulares.

Art. 2º Designar, para compor a Comissão de Inquérito (R.I. do CDDPH, art. 12, IV), o Dr. JOSÉ CARLOS SANTOS CATALDI, representando Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA, representando a Procuradoria-Geral da República; o Jornalista FRANCISCO CLÓVIS DE SOUZA, representando a Associação Brasileira de Imprensa; o Ministro AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT, como titular, e o Conselheiro ERNESTO OTTO RUBARTH, como suplente, representando o Ministério das Relações Exteriores.

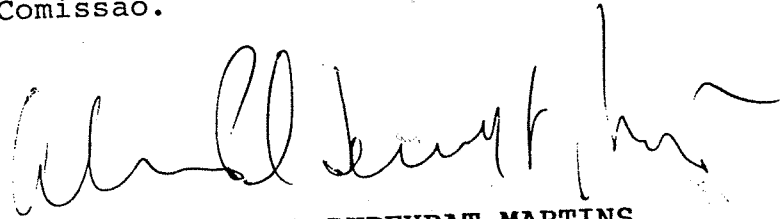
Art. 3º Caberá a Relatoria ao Dr. ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA.

Art. 4º Tornar público que, nos termos e para os efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o Conselho poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias e tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar, das repartições públicas, informações e documentos.

Publicado no Diário Oficial da União de 6/9/94

Carlos Roberto de Silva  
Mat. 075-80001-0

Art. 5º A Coordenação-Geral de Articulação Técnico-Administrativa dos Direitos da Pessoa Humana do CDDPH e o Grupo de Investigação de Violações aos Direitos Humanos prestarão todo o apoio necessário à execução dos trabalhos da Comissão.



ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS